

# Presidente quer reajuste menor

**BRASÍLIA** — O reajuste dos salários dos ministros e do presidente da República foi o assunto que ocupou maior tempo do governo, ontem. A proposta, elaborada pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, estava sendo aguardada pelo líder do governo no Congresso, Carlos Sant'Anna. O problema segundo assessores do Planalto, era a resistência do presidente Sarney em admitir para o Executivo um reajuste no mesmo nível do que foi definido para os parlamentares.

Em novembro, o presidente Sarney recebeu Czs 526.153,93 de salário, mais uma verba de representação de Czs 131.538,35, o que totalizou Czs 657.692,28. Quando ele desembarcou da Argentina em Brasília, na quar-

ta-feira, logo avisou não admitir que a correção de seus vencimentos fosse superior a 100%, o que resultaria em Czs 1,3 milhão, menos de um terço dos vencimentos dos deputados. O argumento de Sarney, como contou um de seus assessores mais próximos, é o de que o seu salário não serve de parâmetro para qualquer outro. E que seria definido somente por um ano: seu sucessor poderia ganhar mais.

A expectativa é de que o Supremo Tribunal Federal encaminhe ao Congresso uma proposta que também coloque os vencimentos de seus ministros na casa dos Czs 4 milhões, com o reajuste retroativo a outubro, como foi definido para os parlamentares. Desta forma, o Exe-

cutivo, com a resistência apresentada por Sarney, seria o dono dos mais baixos salários da República, o que poderiaoccasionar alguns problemas. O ministro Leopoldo Bessone, da Reforma Agrária, por exemplo, já adiantou, na Base Aérea, que se o salário de ministro for menor que o de deputado, ele vai preferir ganhar como deputado. E pode, já que está licenciado.

## GARANTIAS

De acordo com o **Diário Oficial da União**, os ministros receberam em novembro Czs 230.639,22, de vencimentos, mais Czs 512.019,06 de verba de representação. Ganharam, portanto, Czs 742.658,28, para pagar contas de água, luz, telefone, empregados e suas despesas pessoais. O pre-

sidente da República não tem qualquer destas despesas.

O maior problema é que, de acordo com a Constituição, o maior salário em cada um dos poderes é o dos ministros de Estado, dos ministros do Supremo Tribunal Federal e dos deputados e senadores. Os salários dos funcionários de escalões inferiores é calculado como uma porcentagem destes. E, além disso, a Constituição garante que, por exemplo, um escriváriodo Executivo tenha direito a ganhar o mesmo que um escriváriodo Congresso ou outro do Judiciário. Desta forma, se o salário dos ministros ficar, como pretende Sarney, em Czs 2 milhões, argumentam seus assessores, os funcionários dos ministérios serão prejudicados.